

### 33º Encontro Anual da Anpocs

#### GT 01: A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto.

#### **O centro de São Paulo como arena política da “luta por moradia”: uma discussão etnográfica sobre o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)**

Carlos Filadelfo (USP)

#### **Introdução**

Este *paper* apresenta um recorte de questões abordadas na minha dissertação de mestrado (FILADELFO, 2008), que teve por base uma etnografia sobre os processos de significação de um movimento social enquanto sujeito coletivo. Trata-se do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), movimento de moradia a partir do qual são articuladas famílias de baixa renda com o objetivo de obter atendimento por programas habitacionais públicos.

O supracitado movimento de moradia é composto por diferentes indivíduos, constituindo uma coletividade heterogênea a partir do acionamento da expressão “luta por moradia” para denotar o caráter conflituoso, atribulado e difícil de obtenção da casa própria. Expressão essa que é acionada para justificar a necessidade de práticas coletivas e organizadas, a partir da conformação de um grupo social coeso em torno do mesmo objetivo e legitimação de certas pessoas no papel de lideranças, características essas responsáveis pela construção de um “movimento de moradia”.

Partindo do princípio de que o centro de São Paulo é a região da cidade com melhor infra-estrutura e oferta de serviços, trabalhos e acessibilidade e, por outro lado, concentra muitos imóveis abandonados, tal movimento tem atuado prioritariamente nessa região, reivindicando o acesso à moradia permanente. Adota como principal meio político de reivindicação por moradia na região central de São Paulo a realização de ocupações de prédios abandonados. Essa prática tem por objetivo pressionar o poder público a atender as famílias do movimento por algum programa habitacional para população de baixa renda, seja pela transformação desses imóveis em moradia para essa população, seja pelo atendimento por outras vias.

Tal movimento foi criado em 2000 e atua em boa parte do território paulistano. Com uma estrutura organizacional bem articulada e ramificada em vários bairros da

cidade, o movimento conta com grupos de base, responsáveis pela inserção de novos integrantes para a transmissão de conhecimento sobre a forma de atuação e maneiras de se conseguir casa própria. São aproximadamente 20 grupos de base, e cada um equivale a um bairro da região da qual faz parte. Além dos grupos de base, o movimento também é constituído por associações de moradores das ocupações e projetos já conquistados.

Embora haja uma disseminação das práticas do MSTC por diferentes regiões da cidade, há uma predominância de articulação política na área central e seu entorno. O próprio nome do movimento originou uma forte associação simbólica de sua atuação ao centro de São Paulo e suas ocupações de maior destaque pela mídia impressa aconteceram principalmente no Centro.

O objetivo aqui é realizar uma discussão etnográfica a partir da rede de relações e de conexões entre questões em torno da “luta por moradia” a fim de perceber o acionamento do Centro enquanto espacialidade onde se inscrevem as práticas do MSTC. Assim, a análise aqui proposta não toma as espacialidades como apriorísticas, o que poderia empobrecer a percepção do alcance dessas redes e conexões. A territorialidade do Centro é, portanto, construída simbolicamente, do ponto de vista nativo, a partir das redes que o significam como objetivo pretendido da “luta por moradia”.

### **Construção histórica da luta por moradia no centro de São Paulo a partir de narrativas: o processo de formação do MSTC**

As narrativas levantadas durante a pesquisa de campo e alguns estudos realizados sobre movimentos de moradia são muito claros quanto ao início do processo de formação dos movimentos que atuam no centro de São Paulo. O movimento embrionário teria sido a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), formada a partir da reunião de reivindicações, antes isoladas, de moradores de cortiços na Mooca, Brás, Santa Cecília, Ipiranga, Barra Funda, entre outras, em 1991<sup>1</sup>.

Desse movimento específico, originaram-se todos os outros movimentos de moradia atuantes no centro de São Paulo por um processo de segmentação<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Para uma construção histórica dos movimentos de moradia na região central, ver Aravecchia (2005), Bloch (2007) e Kohara e Caricari (2006). Todos esses autores acionam o papel embrionário da ULC na constituição dos movimentos de moradia na região central de São Paulo, a partir da reivindicação dos moradores de cortiços em permanecer nessa região específica, mas com melhores condições de vida, ou seja, a “luta por moradia digna no Centro”.

<sup>2</sup> Um termo utilizado por alguns autores que discutem segmentaridade para denominar processos de separação de um segmento em dois é “fissão”. No entanto, Goldman (2006:144) enfatiza que esse termo

Freqüentemente se atribui a essas separações, causas em divergências políticas, prioritariamente entre suas lideranças.

Para se entender o processo de formação da ULC e sua correlação com a reivindicação por moradia no Centro e não mais na periferia, região até então destinada aos principais programas habitacionais para a população de baixa renda, seguirei, brevemente, o ponto de vista de uma das principais lideranças do MSTC, Manoel Del Rio, que participou de todo esse processo.

Iniciando sua narrativa, Manoel Del Rio disse que sua “inserção no movimento social é muito antiga, muito longa”, que teve vários períodos. Em relação à moradia, mesmo no período de sua militância em que ele não estava envolvido diretamente com tal questão, a mesma sempre tangenciou suas atividades políticas: “Que como eu sempre trabalhei com organização dos trabalhadores, inicialmente era o movimento sindical. E a questão dos trabalhadores sempre está com o problema de moradia”.

Na virada dos anos 1970 para a década de 1980, Manoel Del Rio concentrou sua área de atuação no bairro da Mooca. Se sua militância estava focada no “trabalho sindical”, a Mooca representava um bairro fundamental para as suas atividades, por sua alta concentração de fábricas. Mas boa parte dos operários que lá trabalhavam, também fixava residência na região, o que foi gradualmente deslocando o foco principal de atuação da recém fundada Associação dos Trabalhadores da Mooca para também reivindicar melhores condições de habitação para os operários, questão essa colocada em pauta de vez quando de uma grave crise econômica de 1981:

Depois, na greve de 80 nós também apoiamos. Apoiamos... criamos os comitês de apoio às greves nos bairros, na greve de 80. Então, meu trabalho era esse, mas ele sempre tangenciava a moradia. Por exemplo, na Mooca a gente ia visitar os operários, eles moravam nos cortiços. Muito cortiço, a Mooca era o local que mais tinha cortiços, eu acho, da região de São Paulo, talvez mais que a Sé. Porque os caras moravam ali porque era pertinho. Trabalhava perto, tinha emprego, então eles moravam muito em cortiço, na Mooca. E especialmente os nordestinos que moravam nesses cortiços.

Aí na Mooca, nós formamos a associação, mas na Associação era um trabalho operário, que a gente fala. De organização do pessoal da fábrica. E paralelamente a isso, foi trabalhar uma companheira com a gente, lá na associação e a igreja pagou para ela fazer uma pesquisa no bairro, nos cortiços. Ela fez uma pesquisa nos cortiços da região na

---

remete a um fenômeno de ordem morfológica e não processual, de uma separação diacronicamente irreversível; o autor, assim, defende a utilização do termo “segmentação” para dar conta de processos reversíveis, relativos e contextuais. No plano das reuniões, da mesma forma, “fusão”, que teria os mesmos limites que “fissão”, poderia ser substituído por “agregação segmentar”.

época, e a pesquisa, que a gente chama, é a “pesquisa participante”, que a gente fala. Aquela pesquisa que o entrevistado, ele não vai ser só o entrevistado. Que ela fez a pesquisa, coletou os dados, sistematizou os dados, devolveu os dados, aí se reuniu com o pessoal com os dados. E aí, depois, no final, tira assim: ‘Bom, e aí?’. Então, a grande reclamação na época, dessa pesquisa, era que as mães queriam creche, não era nem moradia. Isso em 80; 79, 80. Porque moradia eles conseguiam pagar, tinham emprego, essas coisas todas.

E então houve uma luta por creche. Outro problema grave que era ali era a questão do preço da energia. Que eles moravam em cortiço, a conta ficava muito cara, então teve um movimento, que inclusive a Erundina participou, que abrangeu esse pessoal de cortiço e movimento de favelados também, por uma taxa social da energia. E isso tem hoje essa lei, nas favelas eles pagam a taxa social só, da energia. Mas, ainda a questão da moradia não tinha.

Mas, depois, em 80, 81, especialmente em 81, houve uma grande crise econômica. Tanto é que a ditadura foi caindo ali. A partir de 81, a crise econômica, demissão em massa. Eu lembro que nas fábricas da Mooca, nós até montamos lá um comitê de desempregados. É... quando tinha uma vaga numa placa, virava a esquina atrás da vaga. Então, ali, na verdade, começou a queda daquele modelo da ditadura militar, começou a quebra, eles não se sustentaram, inclusive. Tiveram que fazer a transição que eles falam “democrática”. Mas que eles não se sustentaram economicamente, porque aí arrebentou greve pra tudo quanto foi lado e tal.

Mas essa crise colocou a questão da moradia na ordem do dia. E aí, foi organizado um grupo de moradia na nossa associação da Mooca, mas não era eu diretamente, eu estava junto com trabalho operário. Eu estava na diretoria da associação, a gente discutia, mas era outra pessoa que fazia isso lá. Então, nós começamos, lá na associação, a organizar os cortiços, formar um grupo de pessoas dos cortiços e luta por moradia. Aí nesse período, já começou a estourar movimento em outras regiões também, não era só lá, estourou na Leste...

E naquela época chamava sem-terra, não era sem-teto.

Vê-se, assim, como Manoel Del Rio articula na sua fala o surgimento da moradia enquanto questão política a partir da atuação sindical. E se a reivindicação por moradia não foi imediata, a grave crise econômica rapidamente coloca a busca por melhores condições de habitação na “ordem do dia”, além de representar a queda da ditadura militar.

Ainda que ele fale que houve o surgimento de diversos movimentos, o papel da Associação dos Trabalhadores da Mooca é acionado enquanto fundamental na gênese dos fundamentos da “luta por moradia” no centro da cidade de São Paulo. Interessante notar também o uso político de uma outra categoria identitária, a de “sem-terra” e não de “sem-teto” como atualmente, o que denota diferentes configurações de “luta” por moradia.

Mas algo que interessa para lançar luz às atuais lutas por moradia no centro de São Paulo são certas características definidoras das ações dos sem-terra dos anos 1980. Ainda que haja claras diferenças entre as duas configurações, pode-se perceber continuidades, como a ocupação enquanto instrumento de pressão política que só se efetivaria pela resistência em permanecer no local, o que define sua “força” frente ao não atendimento espontâneo de políticas públicas de habitação para população de baixa renda. Se antes elas eram inexistentes, hoje em dia elas igualmente só atendem por pressão política e posterior negociação.

Se ainda nos anos 1980, a “luta” por moradia se dava prioritariamente através de ocupações de terrenos vazios e a negociação para construções de empreendimentos habitacionais, inclusive com participação de moradores dos cortiços da Mooca, estes passam a reivindicar moradia na Mooca ou em áreas urbanizadas. Começa a ocorrer, assim, um processo de discussões em torno de lutas para solução dos moradores de cortiços nas regiões onde já residem. Na narrativa de Manoel Del Rio acima, com a expansão de muitos movimentos de sem-terra, na zona leste, eles passam a se articular em torno de uma associação mais abrangente que viria a ser chamada de União dos Movimentos de Moradia (UMM)<sup>3</sup>. Paralelamente a isso, portanto, começa a ocorrer uma união de muitas pessoas em torno dos cortiços, questão não privilegiada anteriormente, o que logo também deslocaria a reivindicação por atendimento no Centro, região com maior concentração de cortiços. A ULC surge, assim, como resultado desse deslocamento, dentro da estrutura da UMM, mas não imediatamente e nem de maneira consensual.

*Ah, o senhor fez parte, então, da ULC?*

Claro. Todo fundamento da ULC, fomos nós que criamos lá na Mooca. Todo... esse negócio de morar no Centro... Porque aí o que aconteceu lá na Mooca? O pessoal ia morar na periferia, só que o pessoal não queria, eles queriam morar na Mooca. Então, nós, na época, que levantamos a bandeira de morar no Centro, ou seja, morar nas áreas urbanizadas. Porque na época, o metrô estava indo aqui para leste e todo o entorno do metrô tinha sido desapropriado e ia ser feito o que fizeram com a COHAB aqui depois. Fizeram uns predinhos da COHAB. Mas aí a indicação do movimento era que fosse feito pros trabalhadores sem-teto, mas aí eles fizeram para a classe média, praticamente a classe média que mora ali.

Então, nós passamos, a partir dali, a falar que a gente não queria ir para periferia, queria morar no Centro. Então, nós apresentamos a proposta

---

<sup>3</sup> Sobre a UMM, ver Cavalcanti (2006).

de morar no Centro ali. Fazer moradia no Centro desde aquela época. E nós só fomos conseguir isso quando a Erundina ganhou a eleição em 88. Então, o projeto de morar no Centro, ele começou ali, mas a reivindicação já era nossa, da ULC, que era estruturada ali na Associação da Mooca.

*Quando foi criada a ULC?*

Olha, primeiro ela funcionou como uma secretaria dentro da União, porque eles não queriam um movimento. Mas, depois se impôs como a ULC. Ela foi... dentro desse processo que eu estou te falando.

*E era só Mooca ou pegava outras regiões também?*

Aí depois se articulou com a Santa Cecília, se articulou aqui com gente que tinha trabalho aqui no Centro. Eu acho que era o pessoal do Gaspar Garcia principalmente. Aqui no Centro. Aí eles tinham uma reunião que articulava todo o... e chamava União das Lutas dos Cortiços. Mas todo o fundamento, ele foi gerado ali dentro, no... na... Associação da Mooca. Proposta de morar no Centro...

Com efeito, a ULC, inicialmente, funcionava na mesma sede da Associação dos Trabalhadores da Mooca. Manoel Del Rio acaba por dar muita ênfase na importância da Associação na formação da ULC e na reivindicação pelo centro da cidade de São Paulo, pauta presente até hoje na linha de atuação de vários movimentos enquanto sujeitos coletivos e que, não por coincidência, formaram-se quase todos a partir da ULC<sup>4</sup>.

Como Manoel Del Rio citou o Centro Gaspar Garcia como um dos articuladores desse processo, faz-se necessária uma breve apresentação da narrativa de seu coordenador, Luiz Kohara, a fim de se acompanhar a rede de relações responsável pela formação da ULC. Quando o entrevistei, ele afirmou, sobre a criação do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos:

Em 1984, várias pessoas que atuavam em várias realidades começam a discutir um pouco a problemática do centro da cidade. E principalmente as pessoas que atuavam na Pastoral da Arquidiocese aqui na região da Sé e Pari, catedral, aqui na região centro e levanta que uma das preocupações centrais aqui no Centro, entre as outras, era a questão da população que mora em cortiços. Então, muita gente que mora em cortiço aqui no Centro, a grande maioria dos cortiços estão localizados no Centro e a condição dessas moradias, dos cortiços, é muito precária. Então, e o Centro Gaspar Garcia nasce nesse momento e vem a ser

---

<sup>4</sup> Luís, um dos coordenadores da FLM disse, certa vez, que a Associação dos Trabalhadores da Mooca foi, na verdade, a “mãe” de todos os movimentos do Centro, já que a ULC havia sido formada por reivindicações da Mooca, Brás, Belém e região sudeste de São Paulo, com um papel importante da Associação nesse processo. A importância da Associação dos Trabalhadores da Mooca também é destacada por Aravecchia (2005), que coletou muitas narrativas de várias lideranças que participaram desse processo.

registrado somente em 1988, com uma das bandeiras de atuar especificamente no Centro; até porque no Centro, ao contrário de muitos discursos do poder público e de muita gente que também militava, como se a pobreza estivesse só na periferia, a gente veio para trazer uma discussão de que existia uma grande pobreza no centro da cidade. E um dos personagens que fazia parte dessa pobreza no Centro eram os moradores de cortiços, tanto que uma das primeiras bandeiras de luta que o Gaspar Garcia levava na discussão era a questão da moradia digna no Centro. Então, o direito de você morar no Centro e o direito de você morar dignamente aqui no centro da cidade.

Assim, ainda nos anos 1980, o Gaspar Garcia já reivindicava “moradia digna” no centro de São Paulo. Partindo do princípio de que existia sim pobreza nessa região, colocava em pauta a melhoria das condições de vida dos moradores dos cortiços, o que ia ao encontro do esforço de constituição da ULC.

Luiz Kohara igualmente destaca a importância da Associação dos Trabalhadores da Mooca, mas ressalta também a influência de uma outra organização, ao contrário de Manoel Del Rio, a da Pastoral da Moradia.

A importância do trabalho da Associação é destacada por Kohara a partir da influência da politização dos militantes sindicais. A relação entre o sindicalismo e a luta por moradia, assim como para Manoel Del Rio, foi fundamental para a construção política da ULC. O deslocamento gradual da luta sindical para a luta pela moradia se concretiza ainda nos anos 1980, mas não sem o esforço de continuar organizando os trabalhadores.

A crise de 81 foi enfraquecendo o trabalho sindical, e por outro lado fortalecendo a área de moradia.

Fui me ligando cada vez mais à moradia e saindo dessa área sindical. Isso a partir de 86, 87.

Mas todos esses fundamentos da luta por moradia, nós desenvolvemos na Mooca. Tem várias coisas, tem um caderninho que nós fizemos na época, que eu acho que você nem conhece, que a gente fundamentava... [levanta-se e procura o caderninho]. Na época, a gente já fundamentava...

E aí, o que que... dentro da associação, o que a gente propôs? Eu fazia esse trabalho sindical... Se não tem condições de organizar os trabalhadores pelo lado sindical, vamos trazer para a moradia. Porque como tinha muito desemprego, fica muito difícil a luta sindical. E aí nós começamos a ir nas fábricas e nos cortiços, juntar os trabalhadores pra lutar por moradia. Isso cresceu muito o movimento de moradia. Na época. E ficou a ULC, nós trabalhando ali com a ULC.

O tal caderninho citado por Manoel Del Rio é uma publicação da Associação dos Trabalhadores da Mooca (1990) com o princípio de que melhores salários e moradia

digna compunham uma só luta. Como propostas de atuação, elencava: 1) Realizar a reforma agrária e a reforma urbana de fato; 2) Lutar pela moradia nas áreas centrais; 3) Auto-gestão e propriedade coletiva; 4) Auto-defesa: continuar o processo de organização da nossa classe; 5) Lutar pelo salário mínimo real; 6) Lutar pelas 40 horas semanais; 7) Lutar pelo controle do FGTS; 8) Unir o movimento operário e popular. Em relação à “luta por moradia nas áreas centrais”, a publicação propunha: “a) Desapropriação de cortiços, principalmente nos casos em que há uma concentração maior (por exemplo: vários cortiços no mesmo quarteirão). E onde os moradores estão mobilizados; b) Desapropriação de prédios, casarões e terrenos particulares vazios; c) Aproveitamento dos terrenos públicos sem destinação ainda vazios que se encontram nessas regiões”.

Outra experiência que, de acordo com Kohara, teria ajudado na politização e forma de atuação dos movimentos foi a das comunidades eclesiais de base, citadas por Manoel Del Rio, em outro momento da entrevista, como inspiradoras da organização dos grupos de base do MSTC.

A ULC, como visto acima, foi construída a partir de relações de pessoas moradoras de cortiços organizadas por certas lideranças que passou, enquanto um sujeito coletivo, a reivindicar moradia, contudo não mais na periferia e sim no centro de São Paulo, região com forte concentração de cortiços.

Embora a reivindicação pelo Centro tenha continuado a pautar as linhas de atuação dos movimentos constituídos a partir desse movimento embrionário, houve divergências internas que levaram à constituição de outros movimentos de moradia.

Assim, da ULC saíram dois coordenadores que viriam a fundar dois movimentos. Inicialmente, Verônica Kroll formou o Fórum de Cortiços; posteriormente, Gegê (Luiz Gonzaga da Silva) saiu e constituiu o MMC. Esses dois movimentos também viriam a originar outros dois: do Fórum de Cortiços, um grupo constituiu o MSTC; e do MMC, foi formado o MMRC, coordenado por Nelson da Cruz Souza.

Todos esses cinco movimentos continuam atuantes e sempre são acionados enquanto representantes de um mesmo processo ou de uma mesma origem. Além deles, ainda atuam no centro de São Paulo o MTSTRC, liderado por Hamilton Silvio de Souza, que teria participado de outros movimentos antes de criar o seu próprio movimento, mas



que raramente é acionado enquanto oriundo de um dos outros movimentos<sup>5</sup>; e um outro grupo de dois irmãos que saíram do MSTC e atualmente coordenam uma ocupação no centro de São Paulo.

Em relação especificamente ao MSTC, Ivateni de Araújo, a Neti, atual coordenadora geral do movimento<sup>6</sup>, assim definiu a constituição do MSTC a partir do Fórum de Cortiços: “Na verdade o MSTC, ele acabou se desmembrando, né? Então, as equipes que hoje estão no MSTC eram desse movimento”. O desmembramento do MSTC, portanto, teria tido as seguintes causas:

Então, por não concordar com uma... a linha que, até hoje, é tomada pela coordenadora, né? Ela não aceita uma eleição pra pôr outra pessoa, ela não aceita discussão dentro dum coletivo, ela não aceita nada, ela gosta de tomar a direção, ela sozinha; ‘quem quiser vir, venha’, atrás dela (...)

*A Verônica?*

É. Ela é assim, não sei se mudou, mas era assim, entendeu? ‘Quem dá a linha sou eu’. Ela era assim, oh, ela tem um jeito forte. Que mais ou menos, só não tem um, o... Ela é mais ou menos assim como a... própria... Edinalva: quando ela tem para falar, ela fala.

E, como dito por Manoel Del Rio, foi a partir de uma ocupação que surgiu o nome MSTC. Solange<sup>7</sup> assim relatou o evento:

Aí no dia 31 de julho de 2000, nós fomos ocupar o hospital lá da zona leste que estava parado há mais de 10 anos. Construído lá, três torres. Nós fomos para lá, mas aí o hospital, ele entrou com uma ação e a reportagem foi e aí eles perguntaram de onde a gente era. E nós falamos que éramos de um movimento sem-teto do centro da cidade e ele pôs no jornal: “MSTC, Movimento Sem-Teto do Centro...”. Aí nós adotamos o nome e está legalizado, tem CNPJ, ata registrada, estatuto, temos tudo.

Percebe-se, assim, como toda uma rede de relações sociais e conexões e associações entre diversos temas, práticas e discursos pelos atores leva à formação de movimentos de moradia e ao do MSTC em especial, como uma das maneiras encontradas para dar vazão à reivindicação por moradia popular no centro de São Paulo através de ocupações de prédios abandonados nessa região.

---

<sup>5</sup> Coletei apenas um depoimento durante minha pesquisa de campo que disse que Hamilton formou o seu movimento, o MTSTRC, a partir de um “racha” do Fórum de Cortiços.

<sup>6</sup> Chamarei Ivaneti de Araújo, ao longo da dissertação, de ‘Neti’, por ser esse o principal modo pelo qual ela é tratada por praticamente todas as pessoas com quem entrei em contato durante a pesquisa de campo.

<sup>7</sup> Solange Carvalho, tesoureira do MSTC, coordenadora de muitos grupos de base e atuante na zona leste desde 1994, tendo acompanhado Verônica no Fórum de Cortiços.

## **O centro de São Paulo como arena política**

O MSTC foi batizado com o termo “centro” no nome, mas a que centro se refere o movimento? Embora haja uma predominância de suas ações em torno da reivindicação por moradia popular no centro de São Paulo, como já visto anteriormente, o MSTC não atua unicamente nessa região específica. Tendo isso em mente, perguntei para Solange o porquê de “centro” no nome, ao que ela me respondeu, como visto na narrativa acima, que o batismo fora realizado por atores externos ao movimento, por jornalistas. A primeira ação não foi no centro da cidade e sim na zona leste, na Vila Formosa; quando os jornalistas perguntaram a proveniência daquele movimento, os coordenadores responderam que eram “do centro” se referindo à localização da sede do movimento.

Neti, no entanto, respondeu de uma outra maneira, mas que não deixa de acionar o centro de São Paulo enquanto uma centralidade da “luta por moradia” do MSTC:

*O nome do MSTC tem “centro”, mas na verdade vocês têm grupos em várias partes...*

É que a sede do movimento é no Centro. A luta é nas áreas urbanizadas, por moradia. Movimento Sem-Teto do Centro: pode ser o centro da Vila Formosa, o centro de Santo Amaro, a gente não especificou o centro, só o Centro. As áreas urbanizadas, onde tem acesso, onde tem todo o acesso: ônibus, saúde, escola, entendeu?

*Não precisa ser no centro de São Paulo?*

Especificamente não. É onde a família... Exemplo, tem um grupo lá em Parelheiros, então o centro mais próximo onde as famílias preferam estar morando... não precisa vir para cá, para o centro velho.

*Mas tem uma maioria que prefere o centro de São Paulo?*

O Centro, prefere o Centro. Boa parte prefere o Centro.

*E você? Prefere o Centro?*

Centro.

*Porque o Centro?*

O Centro está próximo de tudo. Exemplo, se você está desempregada, você consegue ir à pé, entregar seus currículos no centro, nas lojas, nas pizzarias, enfim. E num bairro, já fica mais complicado. E é difícil, muitas vezes, quando você consegue um trabalho aqui no Centro,

morando no bairro, na zona leste por exemplo, o vale transporte. Complicado.

Há, assim, uma maioria que prefere o Centro e ainda que a primeira ocupação tenha ocorrido na zona leste, a maior parte das ocupações posteriores ocorreu nessa região da cidade. Sua resposta em relação à sua preferência pelo Centro é ilustrativa dos principais motivos elencados pela maioria dos integrantes do MSTC. A opção pelo Centro se dá basicamente por questões de acessibilidade: maior oferta de trabalho, facilidade de locomoção diária, maior concentração de serviços de saúde e de melhores escolas para os filhos. Tal maioria, inclusive, já morava no Centro anteriormente à inserção no movimento e este passa a ser um instrumento de obtenção de melhores condições de habitação e, preferencialmente, definitivas. Ainda que Neti fale que a luta mais ampla do MSTC é por áreas urbanizadas, portanto, o seu discurso parte de uma dicotomia entre o centro e a periferia ou bairros. Assim, e isso é muito recorrente nos discursos e práticas dos movimentos, a atribuição de sentidos ao centro da cidade tem como seu contraponto a periferia.

O conjunto das narrativas sobre o processo de formação da ULC também partia dessa dicotomia dentro de uma perspectiva de segregação espacial entre as duas regiões, o que concorda com o que muitos autores, dentre os quais destaco Caldeira (2000) e Kowarick (2000), chamaram de padrão de segregação centro-periferia, ou seja, as áreas centrais da cidade de São Paulo foram historicamente foco de investimentos públicos e privados, em detrimento da periferia, concentrando infraestrutura, serviços e renda e, conseqüentemente, tendo uma acentuada elevação dos custos de terra e imobiliários.

A periferia passou a ser, assim, a região destinada aos pobres urbanos, pois era a região com custos de terra mais reduzidos, mas carente de infraestrutura, serviços e, principalmente, fontes de obtenção de renda. Essa segregação espacial se caracteriza, portanto, não só pela assimetria de condições de vida, mas também por um acentuado isolamento geográfico de muitas áreas periféricas, o que se reflete em maiores dificuldades cotidianas de transporte e acesso ao mercado de trabalho. Reforçando ainda mais essa segregação territorial, os programas habitacionais públicos para a população de baixa renda tenderam, também historicamente, a ser implementados prioritariamente na região periférica. Assim, os cortiços costumam ser a principal, quando não a única, opção

para a população pobre morar no Centro, mas a elevados custos mensais (KOHARA; CARICARI, 2006).

Por outro lado, foi rentável partir inicialmente da rede de relações e das conexões entre questões em torno da “luta por moradia” para perceber o acionamento do Centro enquanto espacialidade onde se inscrevem as práticas do MSTC. E mesmo essa percepção do centro contraposta à periferia, configuração explicada pelo padrão de segregação centro-periferia, só adquiriu sentido a partir das conexões realizadas pelos atores entrevistados. Realizei um esforço, assim, de não comprometer a análise tomando as espacialidades como apriorísticas, o que poderia empobrecer a percepção do alcance dessas redes e conexões. A territorialidade do Centro é, assim, construída simbolicamente a partir das redes que o significam como objetivo pretendido da “luta por moradia”. Como afirmam Telles e Cabanes (2006: 15):

É um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de segregação urbana ou de pobreza, as quais, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social.

Mas como minha etnografia teve como foco principal o MSTC e suas práticas no centro de São Paulo a partir, principalmente, de suas ocupações, torna-se importante a discussão de como essa região adquire sentido e, paralelamente, dota de significado as práticas políticas e cotidianas desse movimento específico<sup>8</sup>. Para tanto, ainda se faz necessário o acompanhamento de algumas redes que elegem o direito à moradia popular no centro da cidade como questão política central a partir do início das ocupações, prática adotada pelo MSTC, mas anterior à sua criação.

Se a ULC foi institucionalizada em 1991, somente em 1997 houve o início das ocupações de prédios abandonados no centro de São Paulo (CMSP, 2001). Havia duas dimensões que se articulavam na constituição das reivindicações por moradia popular: o não atendimento por parte do poder público das demandas dos movimentos e o elevado

---

<sup>8</sup> Com efeito, as práticas sociais no contexto urbano não podem ser dissociadas do espaço urbano em que se inserem (ARANTES, 2000: 84). Isso nos leva a um esforço de realizar uma antropologia *da* cidade e não uma antropologia *na* cidade, ou seja, não se pode realizar etnografias de práticas sociais como se elas estivessem isoladas das influências urbanas. “As paisagens são criadas pela ação humana e, ao se tornarem referências de tempo-espaço para as ações e experiências compartilhadas, elas por sua vez realimentam o processo histórico”. A estruturação do espaço urbano e as práticas sociais nele inscritas estabeleceriam assim uma forte relação de interdependência.

número de imóveis vazios no centro da cidade. Com isso, os movimentos iniciaram as ocupações como instrumento de pressão política.

Na entrevista que realizei com Verônica Kroll, acionei 1997 como uma baliza temporal (FARAGE, 2002), fundamental para se pensar as práticas dos movimentos de moradia<sup>9</sup>. Com isso, acabei induzindo uma narrativa em que ela ressalta o protagonismo do Fórum de Cortiços em relação à luta por moradia, o que interessa de perto essa pesquisa, já que muitos atuais integrantes do MSTC participavam desse outro movimento na época:

*É... uma coisa. Eu li um livro que foi publicado da Comissão de Estudos para Habitação, que foi uma... no começo da gestão Marta, que acho que a senhora falou que fez parte dessa comissão. E lá, é meio comum no discurso tanto dos movimentos sociais, até do próprio Nabil Bonduki, falar que a partir de 97, mais ou menos, teve um aumento da ação dos movimentos de moradia. Aí, a senhora mesmo falou que a partir de 97, o Fórum começou essas ocupações. Eu queria que a senhora falasse se realmente a gente pode pegar essa data assim, 97, e falar que foi um marco. E se pode pegar essa marca, por que teve esse aumento das ações? No caso, se foi um aumento realmente de todos os movimentos, se foi só do Fórum... e por que teve esse aumento.*

Eu tenho orgulho, assim, dessa entidade ser a primeira entidade de ocupar prédio público, abandonado, no centro da cidade. Começamos no dia 8 de março de 97. Por quê? Primeiro porque a gente se deparou, e se depara até hoje, com muitos prédios abandonados, muitos imóveis sem função social no centro da cidade, enquanto as periferias já se encontraram com municípios vizinhos.

Então, a partir de 97, o que aconteceu? Era uma avalanche de despejos nos cortiços. Nós não tínhamos o que fazer com essa população. Para você ter uma idéia, tinha dia que tinha três despejos de cortiço. E era... parecia aquilo que eu te falei, um caminhão de boi indo para o matadouro, aquilo era o despejo. O que eu sempre costumo dizer é que a população do cortiço, ela está muito mais vulnerável para ir para a rua, para ir para o albergue. Ou voltar para outro cortiço. Porque a porta da saída é essa. E essa população vale menos do que o lixo da cidade de São Paulo. Se você pegar quanto a prefeitura investe na questão social da cidade e o quanto ela gasta com o lixo da cidade, quem tem mais valor? Com certeza é o lixo... E aí nós começamos essa discussão.

A outra questão que nós pegamos, nós fizemos uma luta muito grande, que era a questão do Estatuto da Cidade. Que aprovava e não aprovava. O Fundo Nacional de Habitação Popular, que nós coletamos um milhão de assinaturas. E a outra questão, contra os despejos da cidade de São

---

<sup>9</sup> Após ler Nádia Farage (2002), apropriei-me da noção de balizas temporais, justamente para não limitar minha análise a acontecimentos muito bem definidos numa linha histórica evolutiva e tentar apreender como determinados acontecimentos e datas são acionados de forma a pautar certas rupturas ou continuidades entre tempos distintos.

Paulo. Nós chegamos a fazer atos na porta do poder judiciário, na porta dos juizes, para parar os despejos. Quando não tinha onde colocar essa população, nós começamos a fazer ocupações, é... a ocupar outros prédios... do Estado, vazios. O único prédio particular que nós do Fórum de Cortiços ocupamos foi o Hotel São Paulo, o resto tudo era prédio, que foi feito desocupação, os prédios do Estado. Então, a partir do...

*Dentro do Estado, ou do município, federal também?*

Olha, era Estado, Federal... municipal nós não chegamos a ocupar. E foi sim. O marco de 97, você pode ter certeza que nós do Fórum de Cortiços... eu tenho orgulho de ter feito isso. Porque se não tivesse feito isso, em 97, com certeza você não ia ler aquele discurso lá daquela Comissão, tá certo? [risos]. Então essa é a verdade.

Porque mesmo quem fez alguma coisa pelos cortiços, já no passado, a gente não consegue saber o que fez, como fez... Porque nada ficou registrado daquilo lá... nada! E eu tive uma preocupação muito grande de, bem ou mal, alguma coisa ser registrada.

*Pela imprensa?*

Pela imprensa, é... pela gente, nós temos filmes...

*Ah é?*

Nós temos documentários. A gente... a gente tem... fomos para os debates, Plano Diretor, nós fizemos algumas coisas que... fomos muito fortes nesse momento, mas... Foi engraçado que em 96... o Secretário de Justiça do Estado, junto com o Governador Mário Covas, abriram o Fórum de Encortiçados da Secretaria da Justiça...

*Fórum de quê? Desculpe...*

Encortiçados, né? E aí eles falaram: “Nós vamos construir 10 mil unidades no centro da cidade.”. Aí eu falei assim “Governador Mário Covas, nós não queremos 10 unidades, 10 mil unidades. Nós queremos 5 mil, mas que faça de verdade”. Terminou 96, nada aconteceu, aí nós falamos assim: “A nossa negociação está encerrada aqui.”. Aí, janeiro, fevereiro, nós não fomos para a CDHU, só fomos agilizar o movimento. Quando foi dia 8 de março, Bom Dia São Paulo [programa de rádio]: “Grupo de sem-teto invade [com ênfase] casarão do patrimônio histórico do Governo do Estado de São Paulo.”. Que é assim a chamada da imprensa. Somos os bandidos. Viramos fora da lei para fazer a lei ser... cumprida. Mas aí sim... aí... deu, deu um choque na própria... sociedade de São Paulo, que eles não imaginavam... O próprio governo me conhecia, mas não acreditava que a gente tinha... que eu tinha decidido organizar mais de mil famílias para ocupar o casarão. Então nós ocupamos... aí em abril, dia primeiro de abril, “Dia da Mentira”, nós ocupamos a Pirineus, no mesmo ano.

*Era o quê na Pirineus?*

Eram uns casarões da USP abandonados. E estavam à venda! E nós dissemos pro Governo: “Compra isso aqui e faz moradia.”. Ele nunca fez. Aí depois, nós ocupamos, brigamos, aí ele fez... A 9 de Julho, que nós ocupamos dia 2 de novembro de 97, nós falávamos assim: “Olha, esse prédio é para reformar.”, “Ah, mas não dá.”, “Ah não dá? Então vamos mostrar para vocês como é que dá.”. Duas mil [com bastante ênfase] famílias ocupamos o prédio do INSS na 9 de Julho. Como é que não dá? Então foi, esse marco foi muito importante para a questão do centro da cidade. Claro que aí era assim, aí dentro dos movimentos você tinha... tem mais movimentos na cidade de São Paulo, “Ah, o Fórum de Cortiços ocupou um prédio do Governo do Estado.”. Aí, a ULC, por exemplo, ia lá e ocupava outro. Aí a gente conseguia ficar no prédio, às vezes eles ficavam, às vezes eram despejados. Aí vinha o pessoal do Gegê e ocupava outro. Então aquilo virou um... uma guerra... embate mesmo. Que não foi fácil, mas...

Há, no discurso de Verônica Kroll, o acionamento de uma polarização dicotômica entre os movimentos de moradia e o poder público que levou a interações conflituosas entre os dois segmentos. Essa modalidade de segmentaridade binária (DELEUZE; GUATTARI, 1996) também pode ser compreendida a partir de Bhabha (2005: 53), já que o “governo”, pensado de maneira genérica, é a principal *contra-imagem* que significa a conformação de todos os movimentos enquanto sujeitos coletivos: “Cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura; cada objeto político é determinado em relação ao outro e deslocado no mesmo ato crítico”. A *contra-imagem* do Estado é, assim, definidora de uma identificação política dos movimentos de moradia.

De acordo com Verônica Kroll e outros discursos presentes no campo, os movimentos de moradia surgem assim como instrumento necessário e eficiente para o atendimento das demandas por moradia na região central de São Paulo. Se a única maneira que o poder público tem para resolver essas demandas é deslocar a população de baixa renda para a periferia, desprezando a população encortiçada que luta por permanecer no centro, local que traz benefícios que a periferia não oferece, então os movimentos de moradia vão reivindicar esses direitos através de práticas combativas como as de ocupação.

Outro trecho do discurso de Verônica, sobre a criação do Fórum de Cortiços, elucida a reflexão acima:

Nós registramos o Fórum de Cortiços, foi em outubro de 97. Esse período de 93, 94... Na realidade, nós começamos mesmo a discussão do Fórum em 94, 95, 96. E a gente foi para os embates mesmo sem está no papel, mas era uma entidade que a gente estava formando. E dali

para cá, a gente formou a entidade com uma outra característica, de fazer um embate político com propostas habitacionais para a região do Centro. Essa era a nossa proposta. Porque a gente sabia que nem o governo federal, municipal, estadual tinham propostas para a região do Centro. Então nós vimos com esse embate. Os casarões abandonados, os prédios públicos vazios, terrenos ociosos... eles... tem que ser construído moradia na área central, né? Então essa era a nossa proposta. Era e continua sendo até hoje.

No entanto, se realmente essa representação da alteridade dos movimentos em relação ao Estado é esclarecedora de representações que perpassam não só lideranças, mas a base desses movimentos, pode-se perceber que na própria justificativa para o início das ocupações há nuances em relação ao afastamento do Estado de alguns interesses das classes populares representados a partir dos movimentos de moradia.

Manoel Del Rio e Luiz Kohara são muito claros ao dizer que a gestão de Luíza Erundina (1989-1992) abriu um importante canal de interlocução com os movimentos de moradia. Além dos já mencionados mutirões de autoconstrução na periferia de São Paulo, tal gestão também teria incorporado em suas políticas habitacionais atendimento a moradores de cortiços, através de desapropriação, reformas ou construção de empreendimentos no lugar dos antigos cortiços através de mutirões também autogeridos<sup>10</sup>.

Contudo, as duas gestões municipais seguintes, de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), teriam suspenso esses atendimentos e privilegiado o de moradores de favelas através dos empreendimentos intitulados *Cingapura*<sup>11</sup>, que além de não ter contado com participação dos movimentos de moradia, suspendeu atendimentos em andamento da gestão de Luíza Erundina. De acordo com Manoel Del Rio:

Muitos mutirões estavam em andamento naquela época do Maluf e ele paralisou tudo, disse que tinha desvio de verba e jogou o TCM em cima. Bom, com o tempo provou que não tinha desvio de verba e estava tudo legal, mas aí ele paralisou isso daí, 4, 5... E aí, o movimento, ele entrou em uma crise, o movimento de moradia. E nós lá com nossa equipe já nos cortiços, em vários cortiços.

E quando chegou 96 na avaliação da APOIO, nós refletimos isso aqui: ‘Está uma crise danada’. Por quê? Não tinha projeto, não tinha nada para as pessoas. Então, nós fizemos a avaliação seguinte: ‘Bom, não

---

<sup>10</sup> Para mais detalhes, ver Caricari e Kohara (2006).

<sup>11</sup> O *Cingapura*, cujo nome oficial era Projeto de Urbanização de Favelas com Verticalização (Prover), foi financiado pelo BID e “consistia na substituição das moradias existentes por unidades habitacionais novas, construídas em conjuntos verticalizados nas próprias favelas, para alojar uma parte da população das favelas sob intervenção” (MARQUES; SARAIVA, 2005: 280).



tem projeto, não tem nenhuma perspectiva, o jeito é ocupar prédio vazio'. E aí, nós tivemos como prioridade no nosso planejamento de trabalho fazer ocupação de imóveis vazios.

(...) E aí, nós fizemos a primeira ocupação. Aí era com o Fórum dos Cortiços, que era a Verônica, uma das lideranças, junto com outras que estão no MSTC.

*Porque essa tática de ocupação em prédio vazio, como é que começou?*

Não, porque assim, começou pelo seguinte: 96 com o governo Maluf, o movimento de moradia não tinha nenhuma perspectiva, não tinha projeto, ele interrompeu todos os mutirões, todo o atendimento a movimento organizado e começou a fazer o Cingapura.

Esse Cingapura, esse fiasco que tem aí hoje, essa coisa horrível. Que é mais pra encobrir as favelas do que pra resolver o problema das favelas. E... então, o movimento ficou sem perspectiva. E aí, ao lado disso, tinham muitos imóveis vazios.

Entretanto, ainda era necessário apreender os discursos em torno do deslocamento das práticas dos movimentos de moradia em favor de ocupações de prédios vazios, uma vez que a Associação dos Trabalhadores da Mooca já defendia a desapropriação de prédios, casarões e terrenos particulares vazios no centro de São Paulo, em 1990 (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA, 1990). A fim de esclarecer quais os meios anteriores de reivindicação por moradia popular no centro de São Paulo, obtive a seguinte narrativa de Luiz Kohara:

*As ocupações só começaram em 97. De 91 a 97 como era a configuração da luta por moradia?*

Olha, é assim, sempre existiram muitas ocupações sem a dimensão política. Por exemplo, a população de rua sempre ocupou, a gente sempre acompanhou moradias ou prédios ocupados; existia antes dos movimentos onde tivesse uma mobilização com, talvez uma visibilidade, também onde essas ocupações também fossem uma expressão política da necessidade de moradia. Era quase... a gente poderia denominar as ocupações anteriores como mais espontâneas. Então, em 97, depois assim, teve a gestão da Erundina, onde os movimentos e a Secretaria de Habitação, Superintendência de Habitação Popular assumiu as reivindicações dos grupos que existiam, o acúmulo que existia. A política que existia na gestão Erundina de transformar onde era cortiço em pequenos projetos habitacionais é uma sugestão das entidades dos movimentos sociais que a prefeitura assumiu como política pública. Aí, começaram algumas experiências, só que quando entrou a prefeitura do prefeito Paulo Maluf, ele paralisou todo o trabalho com cortiço. E aí, no Pitta, também se deu a continuidade da paralisação, não teve nenhuma iniciativa. E aí, os movimentos se viram diante de uma situação sem saída, porque a CDHU passou a conversar também a partir de 1993 com os movimentos sobre a possibilidade de

ter um programa de cortiço, mas também fazia muitos anos, conversava, conversava e não saía.

Então, a única estratégia que se viu possível, todo mundo que militava e o movimento aí que existia, estavam expandindo também na época outros movimentos, e a única forma de pressão social para políticas públicas para os moradores de cortiços era fazer ocupações.

Fica clara a diferença entre as gestões de Erundina (PT) e de Maluf e Pitta (ambos do antigo PPB) em relação aos movimentos de moradia. Se realmente há uma construção de uma contra-imagem (BHABHA, 2005) do Estado pensado genericamente e que justifica seu contraponto dicotômico na conformação dos movimentos, há nuances que permitem uma relativização dessa polarização. Ainda que o atendimento por parte da gestão Erundina seja pensado enquanto fruto da mobilização dos movimentos e de sua organização e “luta”, esse atendimento é muitas vezes justificado pelo fato de Erundina ser do PT, partido associado pelas lideranças aos movimentos sociais.

Assim, as relações entre movimentos de moradia e poder público não podem ser pensadas apenas por oposição. A prefeitura, um dos segmentos do Estado, interage de distintas maneiras com as demandas dos movimentos, nesse caso específico condicionadas por vínculos partidários. As relações entre Estado e movimentos, portanto, adquirem uma contínua configuração de oposição e composição entre os dois segmentos, que deve ser apreendida etnograficamente de maneira processual e não num aparente equilíbrio. É suficiente dizer que quando os diferentes movimentos também são pensados enquanto um único segmento, com dissolução situacional das diferenças entre eles, como nas narrativas acima, isso se dá em relação ao Estado, através de relações de oposição, como no início das ocupações, ou de composição, como nas parcerias entre os movimentos e instituições habitacionais da gestão de Erundina.

Com efeito, foi também em outra gestão municipal do PT, a de Marta Suplicy (2001-2004), que os convênios de autoconstrução foram retomados. Tal gestão abriu canais de interlocução aos movimentos de moradia e criou alguns programas de habitação de interesse social como o Locação Social e o Bolsa Aluguel, que atenderam integrantes também do MSTC.

No nível estadual, o programa criado pela CDHU, o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), é tido como uma vitória dos movimentos de moradia, que teria sido resultado de uma “parceria” entre movimentos e essa instituição específica. Tal programa tem financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e pretende dar

subsídios aos moradores de cortiços ou implementar reformas desses arranjos habitacionais. Já em nível federal, o principal programa de atendimento é o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), financiado pela Caixa Econômica Federal e que tem atuado principalmente na compra de imóveis abandonados ocupados pelos movimentos e sua reforma e posterior repasse para os moradores através de financiamento para população de baixa renda.

Todos esses programas são tidos, pelos entrevistados, como resultado direto da luta dos movimentos de moradia a partir de pressões políticas e negociações junto aos três níveis de governo e o conseqüente atendimento por suas instituições da área habitacional.

Manoel Del Rio tece uma narrativa de como esses programas habitacionais e um maior atendimento aos movimentos são reflexo da “luta por moradia”, articulando em seu discurso uma interessante definição e ampliando seu alcance para uma luta que não seria apenas por moradia no Centro, mas pelo direito à cidade:

E hoje também você tem muitos direitos, você tem política pública...  
Veja bem, por conta de toda essa luta, foi colocado na Constituição, no ano 2000, o direito à moradia porque moradia não estava...

*Só em 2000? Nossa, que atraso...*

Naquele artigo 6º, dos direitos sociais, não tinha moradia. Ele foi incluído como um projeto de lei, não sei de que senador foi, e foi colocado na Constituição.

*E o senhor acha que isso foi resultado direto da...*

Da luta!

*Da luta dos movimentos?*

Dos movimentos sociais, sem dúvida. Veja bem, nos Direitos Humanos, que o Brasil é signatário, tem o direito à moradia e da habitação, mas a Constituição de 88 não teve coragem de colocar isso. Deixaram de lado. E... também embora já tivessem lutas da moradia, não tinha a pressão que teve até o ano 2000. Tinha época que tinha 20 prédios ocupados aqui no Centro, por exemplo. Então, foi colocado o direito à moradia, foi aprovado o Estatuto da Cidade. É... o plano diretor incorporou algumas leis da política pública; foi aprovado, agora mais recentemente, o Fundo Nacional. Então, foi-se criando algumas políticas públicas para a área habitacional, e ele é decorrente dessa luta. Não tenho nenhuma dúvida disso. Se os trabalhadores tivessem ficado quietos, não teria nada.

Agora, a luta principal, aí o Centro, é... na verdade, a luta dos sem-teto, embora ela seja uma coisa que parece... a princípio, ela parece uma

coisa muito... específica. O cara, ah, ele quer a casinha dele. Está certo, ele quer a casinha dele. Mas a luta dos sem-teto é uma luta assim, pelo direito à cidade, por transformar uma cidade mais humana, certo? Porque a cidade tem distorções, assim... inimagináveis, impensáveis.

Após a narrativa acima, durante a entrevista, Manoel Del Rio me mostrou uma cópia de um artigo de jornal (CARVALHO, 2004) com uma entrevista com o prefeito de Barcelona, Joan Clos, responsável pela revitalização da cidade para os jogos olímpicos de 1992. Del Rio teceu um paralelo a partir das falas do entrevistado sobre Barcelona e São Paulo e de como esta deveria seguir o exemplo da primeira. Defendia que para as cidades serem sustentáveis, elas deviam ser compactas a partir de um maior adensamento populacional, como deveria ser no centro de São Paulo, evitando a dispersão a partir do deslocamento dos segmentos populares para a periferia:

Então, essa luta dos sem-teto, quando se fala morar no Centro, compactar, ela é uma luta pra transformar a cidade em uma cidade viável. São Paulo é inviável. Como é que faz?

Não sei se você conhece a periferia, mas se você tiver oportunidade, o próprio movimento, nós temos vários trabalhos em várias pontas da cidade. Você vai andar lá e fala: 'pô, mas aqui não tem nada'. Lajeado: não tem emprego, não tem nada. Tem asfalto, tem aquelas coisinhas, mas não é cidade, o cara dorme ali. Aquilo não é cidade. Então, se você comparar com Barcelona, o centro de São Paulo daria pra morar, aqui a região da Sé, daria pra morar mais 300 mil moradores, mais ou menos. É rarefeita a densidade populacional aqui no Centro. Tem cerca de 160 habitantes por km<sup>2</sup>, quando um padrão razoável é de 400 a 450 habitantes/km<sup>2</sup>. Então, você teria uma cidade em 750 km<sup>2</sup>, agora você tem uma cidade em 1500 km<sup>2</sup>.

Então, significa o quê? Transporte, deslocamentos, significa destruir matas ao seu redor, destruir fontes, destruir rios, significa espalhar lixo, se você pegar pelo meio ambiente, só pelo meio ambiente. Mas significa também que uma pessoa tem que se deslocar duas horas por dia pra ir até o seu trabalho. É uma série de impactos negativos, né?

Então, a luta dos sem-teto, na verdade, quando se fala 'quero morar no Centro', nós falamos que tem que mesclar a população: você tem que ter classe alta, classe média e classe baixa. Porque hoje a cidade faz isso, a realidade faz isso. Você pega o Morumbi, quem que trabalha nos prédios? O pessoal que mora na favela do Paraisópolis, então como a cidade não resolveu esse problema, a realidade resolve.

Quer dizer, como o poder público não disciplina isso, a realidade resolve, só que resolve da pior maneira possível.

Então, a luta dos sem-teto, na verdade é uma luta pelo direito à cidade, transformar uma cidade mais humana.

Não sei se isso te interessa. É interessante isso, não é?

*Interessa sim. Muito interessante.*

O direito ao Centro é representado simbolicamente pelo entrevistado como sinônimo de direito à cidade. Nessa chave, o Centro é lugar de melhor infra-estrutura urbana e oferta de trabalho. A periferia se torna, por consequência, a negação da cidade e o seu aumento não planejado torna a cidade inviável, o que o leva a defender o adensamento populacional no Centro. No entanto, o responsável pela solução desse problema é o poder público. A “luta dos sem-teto”, dessa forma, é obter um tipo de distribuição da população no espaço da cidade que o poder público não tem resolvido. O que o leva a afirmar que a realidade faz isso, mas de maneira perversa, como é o caso do bairro do Morumbi e a favela de Paraisópolis.

As análises de Tereza Caldeira (2000) sobre os padrões de segregação urbana que teriam prevalecido em diferentes momentos históricos na cidade de São Paulo podem lançar luz à análise que Manoel Del Rio realiza sobre as questões urbanas da cidade<sup>12</sup>. A dicotomia entre centro e periferia corresponderia ao segundo padrão, como já dito anteriormente, em que houve um acentuado processo de periferização da cidade com o deslocamento de classes populares para as franjas da cidade. Por outro lado, Morumbi e Paraisópolis representariam o terceiro padrão, segundo a autora, atualmente hegemônico, em que ricos passam a conviver mais próximos fisicamente dos pobres, embora afastados socialmente, através dos enclaves fortificados<sup>13</sup>. A sugestão de Manoel Del Rio para mitigar essas segregações sociais e espaciais é o de uma cidade mais compacta com proximidade entre todas as classes.

É interessante o uso do exemplo da revitalização de Barcelona por Manoel Del Rio a fim de defender uma cidade compactada onde os trabalhadores de baixa renda também tenham direitos de acesso ao centro de São Paulo, numa situação de convivência entre diferentes classes. Isso no sentido de que esse mesmo exemplo foi utilizado para fundamentar propostas contrastivas às dos movimentos de moradia em relação ao centro de São Paulo, como as da Associação Viva o Centro na década de 1990, que entrariam

---

<sup>12</sup> O primeiro padrão de segregação é chamado de “cidade concentrada”, teria prevalecido de 1890 a 1940 e se caracterizava por uma concentração e heterogeneidade da população da cidade em regiões mais restritas. Se não havia uma segregação espacial, já que pobres e ricos conviviam próximos, havia uma acentuada segregação social a partir da desigualdade das condições de habitação e do uso do espaço urbano.

<sup>13</sup> O exemplo da interação entre os moradores de Morumbi e Paraisópolis é inclusive um dos casos paradigmáticos que Tereza Caldeira analisa como representantes dos enclaves fortificados. Para uma ampliação do enfoque das interações desses dois segmentos, com foco nas relações entre práticas filantrópicas contemporâneas e dinâmicas de segregação, tendo um dos campos essa região, ver Sklair (2007).

com um esforço de *gentrification*<sup>14</sup> da região para combater um suposto processo de degradação do centro de São Paulo.

Uma explicação estrutural para a existência de muitos prédios vazios no centro de São Paulo é dada por Frúgoli Jr. (2000), que parte do princípio de que tal região sofreu um processo de degradação devido à deterioração de parte de seus equipamentos urbanos e à redução de seu valor imobiliário. Essa degradação do Centro foi ocasionada pela mudança no sentido do desenvolvimento urbano em direção a outras áreas, que passaram a concentrar mais investimentos de capital, principalmente a partir dos anos 1960.

Com o intuito de reverter esse quadro, foi criada, em 1991, a Associação Viva o Centro, ligada a setores da economia, serviços, comércio e instituições privadas e mesmo públicas da região central de São Paulo (FRÚGOLI JR., 2000). A dinâmica de atuação da associação pode ser apreendida por quatro ações principais: a) diagnósticos técnicos urbanísticos<sup>15</sup>, b) um trabalho de divulgação positiva do Centro, c) a sensibilização dos poderes públicos para as questões do Centro e d) a busca de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

Os diagnósticos deram origem a propostas inspiradas em algumas experiências internacionais, como a do planejamento urbano em Barcelona, exemplo utilizado também por Manoel Del Rio. Frúgoli Jr. (2000) aponta algumas críticas à tentativa de mera transposição de propostas de intervenção ocorridas em outros contextos para realidades distintas como é o caso de São Paulo. Isso seria responsável por impor uma visão hegemônica de cidade, justificando práticas com fins previamente estabelecidos.

Agindo como um instrumento de interface entre as esferas federal, estadual e municipal do poder público, a Viva o Centro impulsionou, por exemplo, as reformas da

---

<sup>14</sup> Em linhas gerais, o conceito pode ser definido como resultado de intervenções que elegem determinadas áreas como centralidades, transformando-as em uma área de investimentos públicos e privados, mudando seus significados históricos e impondo novos usos e representações simbólicas de acordo com interesses de mercado. Via de regra, visam reverter processos de degradação urbana e sua principal consequência é a mudança da composição social dessas áreas em favor de uma ocupação de segmentos sociais de maior poder aquisitivo. Ainda que tais políticas adotem características particulares a partir dos diferentes contextos em que ocorrem, pode-se destacar como traços em comum seu forte caráter segregacionista e de controle da diversidade social. Os investimentos concentrados nas áreas urbanas se articulam com ações de expulsão ou controle de grupos das classes populares, como moradores de baixa renda ou de origem étnica distinta, invasores organizados de habitação, população de rua, prostitutas etc. Ver os seguintes autores que trabalham com o conceito: Frúgoli Jr. (2005), Harvey (1992), Leite (2002), Smith (1996) e Zukin (2000).

<sup>15</sup> Os diagnósticos deram origem à propostas inspiradas em algumas experiências internacionais, como a do planejamento urbano em Barcelona. Frúgoli Jr. (2000) aponta algumas críticas à tentativa de mera transposição de propostas de intervenção ocorridas em outros contextos para realidades distintas como é o caso de São Paulo. Isso seria responsável por impor uma visão hegemônica de cidade, justificando práticas com fins previamente estabelecidos.

Pinacoteca do Estado e da estação Júlio Prestes que tinham como objetivo uma frequência das classes médias e altas na região central (FRÚGOLI JR., 2000). Assim, a Associação Viva o Centro teria realizado um esforço de imposição de usos e representações que atendem a interesses muito restritos, em favor de uma frequência de classes de maior poder aquisitivo.

Atualmente, o papel da Viva o Centro já não é mais tão determinante, pois o poder local tem ampliado sua atuação, mas suas propostas para o Centro parecem ter se tornado o grande referencial para as intervenções urbanas na região<sup>16</sup>. Com efeito, as principais ações no sentido de promover uma *gentrification* da região seguiram os preceitos de se restaurar prédios de valor arquitetônico e histórico como forma de atrair um novo público de maior poder aquisitivo para a região e, com isso, mais investimentos. Isso se articulou a ações de expulsão ou controle dos segmentos mais populares, como prostitutas, moradores de rua e camelôs. É importante ressaltar que a questão de habitação nunca foi suficientemente contemplada por tais ações.

Vemos, assim, que uma questão que emerge nos anos 1990 é sobre esforços do poder público de promover uma *gentrification* da região central de São Paulo, que entram em conflito direto com as reivindicações desses movimentos de acesso a essa região.

Mas como aparece a revitalização do Centro ou *gentrification* nas representações nativas nessa rede de relações em torno da “luta por moradia” no centro de São Paulo? Ainda que haja uma defesa por parte de muitos atores de que há um processo de *gentrification* no centro de São Paulo, coincidente com o início das ocupações, não há uma relação de causa e efeito nesses dois processos concomitantes. As causas mais acionadas são o direito ao centro de São Paulo e não ser deslocado para a periferia, como comumente os programas habitacionais faziam. A ULC, formada em 1991, tinha como pretensão justamente obter atendimento para famílias que já moravam na região central ou seus arredores, nos cortiços. Posteriormente, o não atendimento de reivindicações dos movimentos é que foi elencado como o principal propulsor do início das ocupações em 1997.

Embora as práticas de revitalização ou “higienização”, como muitos chamam, não estejam fora dos discursos de suas lideranças e mesmo fora de sua pauta de reivindicação política, é como se o esforço de *gentrification* e as representações sobre o centro dos

---

<sup>16</sup> Para um panorama da relação da Viva o Centro com as diferentes gestões do poder público, ver Frúgoli Jr. (2005).

integrantes desses movimentos e mesmo a atuação política de suas lideranças estivessem em planos paralelos que por vezes se tocam, mas não cotidianamente. São, assim, propostas na maioria das vezes contrastivas sobre o centro de São Paulo.

Nessa dimensão, o Centro é pensado como local para ricos, ou melhor, região a que os pobres não têm direitos de acesso; e se há alguma discussão sobre higienização da região, ela é pensada enquanto constatação ou acirramento de algo que é estrutural: o centro é para os ricos e a periferia é para os pobres.

Em relação, especificamente ao MSTC, esse discurso apareceu poucas vezes durante minha pesquisa de campo. Mas basta dizer que a gestão municipal iniciada por José Serra (2005-2006) e posteriormente assumida por Gilberto Kassab (2006 em diante) é entendida muitas vezes como responsável por um fechamento de canais de interlocução com os movimentos de moradia e por um esforço de “higienização” da região.

Na tese do MSTC, redigida por Manoel Del Rio, há uma denúncia do déficit habitacional na cidade de São Paulo e do esvaziamento do Centro, concomitante com o inchamento das periferias. A tese propõe, com uso de dados estatísticos, que há um quadro de expulsão dos trabalhadores de baixa renda das regiões urbanizadas. As causas acionadas para esse grave problema habitacional para as classes populares são quase todas estruturais, como baixos valores dos salários, desemprego, especulação imobiliária e “finanças públicas drenadas para o setor parasitário”.

Ainda que os termos “revitalização”, “higienização” ou mesmo “gentrification” não sejam mencionados, há uma articulação entre especulação imobiliária e investimentos públicos nas áreas urbanizadas, como no centro de São Paulo:

Essa violenta migração interna é provocada por aqueles fatores apontados: baixo salário, desemprego, finanças públicas drenadas para o setor parasitário da economia e especulação imobiliária. Este último fator - especulação imobiliária - tem se revelado de grande eficácia, pelo fato de impedir o acesso dos trabalhadores de baixa renda à moradia, que ocorre devido aos preços extorsivos das terras e imóveis. Estes preços inviabilizam a construção de moradias populares. Assim que a região recebe investimentos públicos, fica aparelhada de equipamentos urbanos, e pronto! O preço dos imóveis dobra, os aluguéis sobem de preço.

Há, assim, uma alusão de que há investimentos públicos no centro de São Paulo, o que alguns atores, como veremos adiante, associam a um esforço de expulsão das classes populares. O esvaziamento de muitos prédios também atenderia a interesses



particulares de seus proprietários que visariam uma especulação imobiliária, aguardando sua valorização. Esta última causa é bastante acionada nos discursos da coordenação do MSTC e que acaba por justificar as ocupações, já que esses prédios não teriam “função social”.

Muitos estudos confirmam o alto número de imóveis vazios no centro de São Paulo<sup>17</sup>. De acordo com FCV (2006), por exemplo:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), o número de imóveis vazios (254 mil unidades) é maior que a estimativa de déficit habitacional da cidade (203,4 mil unidades). Quase 10% dos domicílios vagos da cidade estão no centro, descumprindo sua função social. Isto, em números, representa cerca de 40 mil residências vagas. O maior índice é registrado na Sé, onde 26,84% dos 11.384 domicílios existentes estão desocupados. A área considerada pelo IBGE considera como centro a Administração Regional (subprefeitura) da Sé, que engloba os distritos da Sé, República, Santa Cecília, Consolação, Pari, Consolação, Liberdade, Brás, Bom Retiro e Bela Vista.

### **Considerações Finais**

A etnografia aqui apresentada permitiu indicar como o ponto de vista nativo dá inteligibilidade a esses processos urbanos. O que interessa, portanto, é a correlação, realizada por parte dos atores envolvidos na “luta por moradia” entre a reivindicação por moradia popular e digna no centro de São Paulo e a existência de muitos prédios abandonados na região, que justificaria as ocupações como instrumento político<sup>18</sup>.

O centro de São Paulo adquire sentido enquanto objetivo da luta por moradia a partir da tessitura nas falas analisadas da rede de relações sociais, entre os diversos

---

<sup>17</sup> Ver, também, Aravecchia (2005), CMSP (2001), Frúgoli Jr. (2006) e Tsukumo (2007).

<sup>18</sup> Outra fonte que permite essa inferência é o relatório que sintetiza os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central (CMSP, 2001) que apresenta muitos discursos de lideranças de movimentos de moradia. Composta em 2001, na gestão de Marta Suplicy portanto, tal comissão representou um canal de interlocução aberto entre a prefeitura e os movimentos, contando com representantes do poder público municipal, estadual e federal, do setor imobiliário, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais e ainda técnicos e professores universitários. A Comissão tinha como objetivo servir de subsídio para desenvolvimento de políticas públicas municipais de moradia popular no centro de São Paulo. Há uma constatação generalizada de que o abandono de muitos imóveis devem ser revertidos em moradia popular e que há descaso do poder público em relação à população pobre no Centro, o que tem levado à expulsão dessa população, por um lado, e somente investimentos habitacionais na periferia, por outro. Há também dados estatísticos e narrativas que atribuem o esvaziamento e abandono de imóveis por muitos anos no Centro a desinvestimentos nessa região.

atores, e de conexões entre questões como moradia popular, enfrentamento político, políticas públicas, cortiços, e o padrão de segregação centro-periferia.

Ainda que não tenham conseguido mudanças estruturais e amplas no atendimento habitacional para a população de baixa renda, os movimentos de moradia conseguiram alguns avanços importantes. A alternância entre negociação e conflitos, ou de composição e oposição, nos mais diversos níveis de relações observados, ocasionou atendimentos a demandas de seus integrantes, que tiveram condições de se fixar no centro da cidade, com maior concentração de infra-estrutura, serviços e ofertas de oportunidades de trabalho, além da constituição de algumas políticas públicas habitacionais para atendimento nessa territorialidade específica.

## BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

ARAVECCHIA, Nilce Cristina. *Da luta pela terra urbana à luta pelo direito à cidade: a militância política desafia o conhecimento técnico*. São Carlos, SP: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação de Mestrado, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA. *Salário e moradia: a luta é uma só*. São Paulo: mimeo, agosto de 1990.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BLOCH, Janaína Aliano. *O direito à moradia: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Ed. 34, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Relatório final da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central*. Vereadores: Nabil Bonduki (presidente), Ana Martins, José Laurindo de Oliveira, Marcos Zerbini e Ricardo Montoro. São Paulo, 2001.

CARVALHO, M. C. “Entidades querem ‘efeito São Vito’ ampliado”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17.08.2003, p. C11 (Cotidiano).

CAVALCANTI, Gustavo C. V. *Uma concessão ao passado: a trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Dissertação de Mestrado, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. “Platô 9: 1933 - Micropolítica e Segmentaridade”. In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia* Vol 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

FARAGE, Nádia. “Instruções para o presente: os brancos em práticas retóricas Wapishana”. In: Albert; Ramos (org.). *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial/IRD, 2002.

FILADELFO, Carlos. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. 201 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FÓRUM CENTRO VIVO (org.). *Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. Dossiê de denúncia*. São Paulo, 2006.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sobre o alcance do conceito de gentrification para pensar sobre intervenções urbanísticas em áreas centrais de cidades brasileiras: o caso de São Paulo*. Texto apresentado no “Primer Congreso Latinoamericano de Antropología”, no Simpósio “Ciudad y ciudades” (coordenado por Mónica Lacarrieu e por Heitor Frúgoli Jr.), em Rosario, 11 a 15 de julho de 2005.

GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

KOHARA, Luiz Tokuzi; CARICARI, Ana Maria (org.). *Cortiços de São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à*

*moradia*. São Paulo: Mídia Alternativa, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Salvador-BA: CESE, 2006.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEITE, Rogério Proença. “Contra-usos e espaço público: nota sobre a construção dos lugares na *Manguetown*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº49, junho de 2002, p. 115-134.

MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. “As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade”. In: *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

SKLAIR, Jessica. *Relações de segregação: novas práticas filantrópicas entre a elite paulistana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Dissertação de Mestrado, 2007.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and revanchist city*. Londres/Nova York: Routledge, 1996.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

ZUKIN, Sharon. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: Arantes Neto, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.